



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - UNIRIO

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS - CCH

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA – PPGB

MESTRADO PROFISSIONAL EM BIBLIOTECONOMIA - MPB

RODRIGO FLORO

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE PEÇAS TEATRAIS:

UMA PROPOSTA DE GUIA

Rio de Janeiro, RJ

2018

RODRIGO FLORO

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE PEÇAS TEATRAIS:
UMA PROPOSTA DE GUIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Área de Concentração: Biblioteconomia e Sociedade

Linha de Pesquisa: Organização e Representação do conhecimento

Orientador: Prof.^a Dr.^a Naira Christofolletti Silveira

Rio de Janeiro, RJ

2018

F632 Floro, Rodrigo

Representação descritiva de peças teatrais : uma proposta de guia / Rodrigo Floro. – Rio de Janeiro, 2018.

52 f.

Orientadora: Naira Christofolletti Silveira.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, 2018.

1. Representação descritiva. 2. Catalogação. 3. Peça teatral. I. Silveira Christofolletti, Naira, orient. II. Título.

RODRIGO FLORO

**REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DE PEÇAS TEATRAIS:
UMA PROPOSTA DE GUIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia, no Curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Biblioteconomia.

Aprovado em _____

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Naira Christofolletti Silveira
Orientadora - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Elisa Campos Machado
Titular Interno - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Maria José Veloso da Costa Santos
Titular Externo – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcante de Miranda
Suplente Interno – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Elisabete Gonçalves de Souza
Suplente Externo – Universidade Federal Fluminense

À minha mãe Creuza. Por tudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me permitir chegar até aqui.

Aos meus pais, minha porta de entrada para o mundo material e meus condutores nele.

À minha mãe, que por mais que eu agradeça nunca acharei o suficiente.

À minha família, material e imaterial, sanguínea e não-sanguínea.

À minha orientadora pelo aceite e acompanhamento.

À direção do sistema de bibliotecas.

Às chefias, anterior e atual, da Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes.

Às bibliotecárias da UNIRIO: Ana Carolina, Sheila Sampaio e Taís Basto.

À Geni Chaves, minha melhor professora do mestrado.

Aos colegas de turma.

À banca pelo aceite e orientação.

A todos que contribuíram, direta ou indiretamente.

“Verdade lembra estrela
Quebrada em montão de lodo,
Cada pessoa que a busca,
Encontra parte do todo.”
(Augusto de Oliveira –
Do livro: Orvalho de luz,
psicografia de Chico Xavier)

RESUMO

Este trabalho busca analisar e discutir os elementos descritivos para a representação de peças teatrais. Responde as especificidades que caracterizem esse tipo de material, verifica se há padrões estabelecidos e como construir tais representações. Como objetivos específicos identifica os elementos descritivos, estabelece os elementos essenciais e opcionais para a descrição e fornece subsídios para estabelecer políticas de catalogação para peças teatrais. Fundamenta a área e identifica os elementos através de pesquisa documental e bibliográfica. Apresenta os objetivos e funções de um catálogo. Discorre as representações e os pontos de acesso. Aborda brevemente os períodos de censura às artes no Brasil no século XX. Perpassa o governo Vargas até a Constituição de 1988. Explora os catálogos das instituições selecionadas: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Por fim, propõe um guia para a Representação Descritiva para peças teatrais de acordo com o Código de Catalogação Anglo-Americano 2ª edição (AACR2), Catalogação Legível por Máquina (MARC) e Recursos, Descrição e Acesso (RDA).

Palavras-chave: Representação descritiva. Catalogação. Peça de teatro.

ABSTRACT

This work aims to analyze and discuss the descriptive elements for the representation of theatrical pieces. It responds to the specificities that characterize this type of material, verifies if there are established standards and how to construct such representations. As specific objectives identify the descriptive elements, establishes the essential and optional elements for the description and provides subsidies to establish cataloging policies for plays. It bases the area and identifies the elements through documentary and bibliographic research. Presents the objectives and functions of a catalog. Discusses representations and access points. It deals briefly with periods of censorship of the arts in Brazil in the 20th century. It runs through the Vargas government until the 1988 Constitution. It explores the catalogs of selected institutions: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) and Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Guide to the Descriptive Representation for theatrical pieces according to the Anglo-American Cataloging Rules 2nd Edition (AACR2), Machine Readable Cataloging (MARC) and Resource Description and Access (RDA).

Keywords: Descriptive representation. Cataloging. Theater play.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Catálogo da Biblioteca do Senado	32
Figura 2 - Ficha de autoridade da Biblioteca Nacional.....	32
Figura 3 - Catálogo da Biblioteca Nacional	33
Figura 4 - Catálogo do Senado Federal.....	33
Figura 5 - A fogueira feliz de Joana D’Arc, Catálogo da UNIRIO.....	34
Figura 6 - A fogueira feliz de Joana D’Arc, MARC Catálogo da UNIRIO.....	35
Figura 7 - Organograma do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO	36
Figura 8 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da UNIRIO	37
Figura 9 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da UFU	38
Figura 10 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da FUNARTE	39
Figura 11 - Fluxograma de processamento técnico da peça teatral	43

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Proposta MARC21/AACR2	41
Quadro 2 - Proposta RDA	42

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA	13
1.2 OBJETIVOS	13
1.3 JUSTIFICATIVA.....	13
1.4 METODOLOGIA	14
2 DESCREVER PARA RECUPERAR	17
2.1 REPRESENTAR PARA QUEM E COMO?.....	19
2.2 OBJETIVOS E FUNÇÕES DE UM CATÁLOGO	20
2.3 PROPOSTAS DE REPRESENTAÇÕES PARA O AACR2R E O RDA	21
2.4 A QUESTÃO DO PONTO DE ACESSO.....	25
3 A CENA TEATRAL NAS DITADURAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX	27
3.1 TEXTO TEATRAL	27
3.2 CENSURA <i>VERSUS</i> PROIBIÇÃO	28
3.3 GOVERNO VARGAS E O BREVE PERÍODO “DEMOCRÁTICO”	29
3.4 GOVERNOS MILITARES	31
3.5 COLEÇÃO MEMÓRIA DO TEATRO	34
4 CATÁLOGOS PESQUISADOS	37
4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)	37
4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)	38
4.3 FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE).....	39
5 PRODUTO	41
5.1 PROPOSTAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITVA.....	41
5.2 ORIENTAÇÕES	45
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS	48
APENDICE – FOLDER	51

1 INTRODUÇÃO

Com o intuito de fortalecer os estudos de Representação Descritiva em diversos tipos documentais, esta pesquisa discute, através de peças teatrais, orientações gerais para um guia no qual serão abordados os elementos necessários para descrição desse tipo de material. De acordo com Priberam (c2018) uma das definições de guia é “publicação que pretende o ensino de algo prático”.

A motivação desse estudo se deu no ano de 2016, com a mudança de gestão do acervo de peças teatrais da Biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), no qual foi proposto a finalização da catalogação do Banco de Peças Teatrais para o atual sistema de gerenciamento de bibliotecas.¹ Naquele momento, fez muita falta um guia com orientações sobre a representação descritiva de peças teatrais, pois com ele em mãos o tempo seria otimizado e as decisões seriam embasadas em orientações consolidadas anteriormente por outras instituições.

A Portaria Normativa nº 1, de 2009, do Ministério da Educação dispõe sobre o mestrado profissional em seu Art. 7º, inciso VII, parágrafo 3º e inclui que o trabalho de conclusão poderá ser, entre outros “[...] materiais didáticos e instrucionais e de produtos [...]”. Dessa forma, o guia proposto neste estudo se encaixa nos requisitos.

Para embasar esse estudo, pesquisou-se alguns materiais didáticos em instituições a fim de procurar modelos de representação de peças teatrais e encontrou-se na Escola de Comunicação da Universidade de São Paulo (ECA/USP) dois manuais: sendo um de partituras e outro de filmes. Ambos bem práticos. Também encontrou-se na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) um manual para entrada de dados com ênfase em obras raras, porém, esmiuçado e prolixo, descrevendo campo a campo através da Catalogação Legível por Máquina (MARC 21) e do Código de Catalogação Anglo-Americano 2ª edição revisada (AACR2r), com o intuito de auxiliar os bibliotecários no processamento técnico de obras raras.

Por isso, o foco dessa pesquisa será na identificação de atributos nas peças teatrais com a finalidade de estabelecer o que é essencial e o que é opcional no processo de descrição.

A seguir, são apresentadas as questões motivadoras, seus objetivos, a justificativa e a metodologia proposta para sua realização.

¹ No período de junho de 2015 a junho de 2018 atuei como bibliotecário lotado na Biblioteca Setorial do Centro de Letras e Artes (BSCLA), compondo a equipe de catalogadores do acervo de peças teatrais da instituição.

1.1 QUESTÃO DE PESQUISA

As questões que norteiam esta pesquisa têm o intuito de responder algumas lacunas sobre a representação descritiva de peças teatrais. Neste contexto tem-se as seguintes questões:

- Quais as especificidades que caracterizam uma peça de teatro?
- Há padrões estabelecidos para esse tipo de material?
- Como construir representações para peças teatrais?

1.2 OBJETIVOS

O objetivo geral desta pesquisa é analisar e discutir os elementos descritivos para a representação de peças teatrais. Como a proposta de um mestrado profissional prevê a criação de um produto, este trabalho pretende também propor um guia de catalogação para esse tipo de material.

Como objetivos específicos têm-se:

- Identificar os elementos descritivos de peças teatrais, com base nos fundamentos conceituais e instrumentos utilizados na área de catalogação;
- Estabelecer os elementos essenciais e opcionais para a descrição desse material;
- Fornecer subsídios para o estabelecimento de políticas de catalogação para peças teatrais.

1.3 JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa tem como justificativa preliminar encontrar soluções referentes à Representação Descritiva de peças teatrais relativas ao banco de peças da biblioteca da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), uma biblioteca universitária com um rico acervo desse tipo documental. Portanto, essa pesquisa se adequa ao mestrado profissional, conforme diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

De acordo com Macedo e Dias (1992) a biblioteca universitária tem por objetivo a promoção entre usuários da informação armazenada na biblioteca. Para isso, as coleções precisam estar organizadas através da coleta, seleção, representação descritiva e temática até a armazenagem.

O Banco de Peças Teatrais da UNIRIO possui uma coleção de mais de três mil títulos, todos catalogados, alguns deles com valores bibliológicos, dada presença de carimbos de censura, assinaturas de censores, dedicatórias de autores e peças manuscritas. Para essas peças de valor histórico foi criada uma coleção especial chamada de Coleção Memória do Teatro (CMT), para fins de organização desse acervo no catálogo da Biblioteca. Não há problemas no que trata de uma pesquisa básica (autor e título). Porém, quando o usuário requer uma busca mais aprofundada, por exemplo, por número de atos ou com algumas características citadas anteriormente na CMT que estão citadas em notas, pode acontecer alguma perda, pois é preciso fazer uma busca truncada. Habilidade essa que é melhor desempenhada por um bibliotecário.

Este trabalho enfoca na representação de peças teatrais contribuindo para o fortalecimento de estudos de Representação Descritiva em diversos tipos documentais, servindo como ponto de partida, uma vez que apresenta um estudo com metodologia e análise.

1.4 METODOLOGIA

Este trabalho surgiu do interesse em aprofundar os estudos acerca da representação descritiva de materiais específicos, particularmente peças de teatro. Para isso, foram procurados guias e manuais sobre esse tipo de processamento técnico ou por trabalhos acadêmicos que abordassem o tema. Buscas foram feitas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), na Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação (BRAPCI), no Portal de Periódicos CAPES, no repositório E-Lis e no Google Acadêmico.

Para tais buscas, foram usados os termos ‘peça teatral’, ‘manual’, ‘guia’ e ‘catalogação’ de forma combinada entre si, de forma isolada, no plural e no singular. Não foi usada uma delimitação de período. Foram encontradas instituições, nacionais e internacionais, que possuem esse tipo de material, mas nenhuma delas disponibiliza seus manuais e nem suas políticas de catalogação em suas respectivas páginas.

Realizou-se, então, uma pesquisa documental para analisar os itens que compõem um banco de peças, ou seja, os textos teatrais propriamente ditos. De acordo com Severino (2007, p. 122):

No caso da *pesquisa documental*, tem-se como fonte documentos no sentido amplo, ou seja, não só de documentos impressos, mas sobretudo de outros tipos de documentos, tais como jornais, fotos, filmes, gravações, documentos legais.

Realizou-se também uma pesquisa de cunho exploratório, pois pesquisou-se nos catálogos das respectivas instituições de que forma os itens estão representados e, depois, comparados entre si. Ainda segundo Severino (2007, p. 123): “A *pesquisa exploratória* busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto.”

Também, como em toda pesquisa, foi feita uma pesquisa bibliográfica que “[...] é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos, como livros, artigos, teses etc.” (SEVERINO, 2007, p. 122).

Assim sendo, espera-se que a partir desse trabalho seja possível para qualquer instituição, que tenha interesse no tratamento desse material, uma consulta a esse guia, para que com isso, tenha-se qualidade e ganho de tempo durante o processo.

Para melhor estabelecer os procedimentos dessa pesquisa, elencou-se as três etapas:

a) Primeira etapa:

- Fundamentos da área e identificação dos elementos de representação através de pesquisa documental e bibliográfica;
- Identificação, apresentação e justificativas das três instituições selecionadas;
- Apresentação dos instrumentos de representação: AACR2r, Recursos: Descrição e Acesso (RDA) e MARC

b) Segunda etapa:

- Consulta exploratória dos catálogos da UNIRIO, Fundação Nacional de Artes (FUNARTE) e Universidade Federal de Uberlândia (UFU): seleção de três documentos com os mesmos títulos nos três acervos, para busca e recuperação do sistema. A escolha dos títulos foi aleatória e optou-se por uma obra brasileira.

c) Terceira etapa:

- Verificou-se quais os elementos essenciais e opcionais baseados na primeira e terceira etapa. Nesta etapa, foram verificados os elementos presentes nos fundamentos e instrumentos da catalogação, a saber: AACR2r, RDA, MARC, Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação; e, também os elementos presentes nos registros bibliográficos analisando os campos preenchidos do formato MARC e também os campos disponíveis no referido formato.
- Após essa análise dos elementos presentes, eles foram identificados em duas categorias: essenciais e opcionais, auxiliando assim a definição de políticas de catalogação para embasar a construção de um guia para a Representação Descritiva de peças teatrais.

Sobre o novo código de catalogação ‘Recursos: Descrição e Acesso (RDA)’ informamos que há um *toolkit* cuja biblioteca da UNIRIO é assinante, porém, somente acessível em suas dependências devido ao *Internet Protocol* (IP). O que causa dificuldades no possível aprofundamento desta pesquisa. Isso posto, foi assinado, para esta pesquisa, um *free trial request* do *toolkit* que dá direito a trinta dias de acesso.

A seção 2, a seguir, apresenta a literatura sobre tratamento informacional, focando a representação descritiva e seus fundamentos. A seção 3 apresenta um panorama sobre as peças teatrais e um breve contexto sobre a censura nesse tipo de documento. A seção 4 desse trabalho apresenta a busca e recuperação apresentada na etapa 2 acima citada. Assim como também analisa quais elementos há em comum nos catálogos consultados. A seção 5 apresenta o produto dessa pesquisa, um guia sobre a representação de peças teatrais.

2 DESCREVER PARA RECUPERAR

O tratamento da informação numa unidade informacional visa sua classificação e descrição para fins de organização, armazenamento, busca, recuperação e uso interno (pelos profissionais), e também para o público externo da comunidade (usuários internos e externos).

Lembrando Cutter (1876) em seu “Rules for a printed dictionary catalogue” que nenhum código de catalogação poderia ser adotado na integralidade, pois as bibliotecas têm diferentes finalidades. No caso de uma biblioteca universitária que tem como objetivos técnicos funcionais a organização das coleções, a disseminação da informação e a orientação de seu uso convergidos ao cumprimento dos objetivos institucionais e o apoio ao ensino, pesquisa e extensão (MACEDO; DIAS, 1992). Nesse sentido, o catálogo ganha posição de destaque na biblioteca, pois é através dele que as informações serão representadas para futuras pesquisas proporcionando, assim, um incremento na qualidade de busca para as mesmas.

Catálogo, do grego *katalogos*, onde *katá* significa completamente e *logos* significa coleção. Em outras palavras, trata-se de uma lista ordenada de acordo com critérios pré-estabelecidos e não apenas um inventário (ORIGEM DA PALAVRA, c2004).

A catalogação pode ser entendida, no sentido norte-americano, como sendo a catalogação temática e a catalogação descritiva. A temática responde pelo conteúdo do documento e a descritiva responde pela descrição bibliográfica e pelos pontos de acesso (SILVEIRA, 2017). De acordo com Okada e Ortega (2009) esses pontos de acesso devem ser determinados por um profissional com o intuito de evitar ambiguidade ou dúvidas.

Para Mey e Silveira (2009), o catálogo é um meio de veiculação de mensagens explicitando as entidades através de atributos e relacionamentos. A catalogação é vista como uma reunião de informações que representam um registro do conhecimento.

A importância de um catálogo bem construído e de uma representação descritiva bem detalhada visa, além de tornar o objeto recuperável, economizar o tempo do usuário e diminuir esforços na busca.

Representar significa agir no lugar de, e descrever fazer um relato minucioso. Para Mey e Silveira (2009) a função da representação bibliográfica, ou catalogação, é a de retratar as informações contidas num registro do conhecimento. Mas não apenas isso. É ir além e individualizar o item ao máximo, com tal riqueza de detalhes a ponto de torná-lo único dentro de um conjunto de semelhantes.

Tais registros devem conter representações que atendam às questões de buscas previstas dos usuários (ORTEGA, 2011). Podendo, assim, criar relacionamentos com os demais dentro

e entre acervos. Para tanto são necessárias, de acordo com Mey e Silveira (2009) atender as características de: integridade, clareza, precisão, lógica e consistência. Além do mais, no ambiente digital, a padronização é vital na eficiência e desempenho nos softwares gerenciadores de bibliotecas (SANTOS; CORRÊA, 2009).

Como o ato de catalogar, no âmbito do fazer biblioteconômico, é centrado no preenchimento de campos prescritos, devemos determinar quais campos criar para serem preenchidos (ORTEGA, 2011). Porém, é necessário relacioná-los através das entidades previstas nos Requisitos Funcionais para Registros Bibliográficos (FRBR) como, por exemplo: Obra, expressão, manifestação e item.

Para Cutter (1876) os catálogos têm como objetivos permitir que o usuário encontre o livro que deseja, mostrar o que tem na biblioteca e ajudar na escolha de um livro. Esses preceitos de Cutter permanecem até os dias hoje, sendo refletidos em diferentes momentos da catalogação.

Denton (2007) divide a catalogação em três Eras. A primeira que começa com Panizzi e Cutter e é chamada de “Era do código de autor-único”. A segunda começa em 1908 com as primeiras regras de catalogação anglo-americana e termina em 1967, chamada de “Era do código do comitê”. E a terceira, eletrônica, com o surgimento da catalogação legível por computador (MARC).

Um registro bibliográfico, em formato tradicional, é dividido em três partes, a saber: ponto de acesso, descrição bibliográfica e dados de localização. O ponto de acesso mostra a forma como o documento pode ser buscado pelo usuário. A descrição, que é o alvo de debates e de inovação no campo por conta dos relacionamentos com inúmeras tipologias existentes, permite que o documento seja identificado pelo usuário e este decida se tem ou não interesse. Já a localização leva o usuário ao item. Para que isso ocorra, cada elemento do registro deve seguir uma normalização.

A catalogação embora dividida em Eras e o registro bibliográfico sendo composto tradicionalmente por três elementos, com o tempo e a adoção de novas tecnologias, eles se adaptam ao contexto atual, incluindo em um registro dados sobre a aquisição (número da nota fiscal, valor etc.) que podem ser incluídos nos registro bibliográfico, porém não disponibilizado ao usuário, ficando apenas para uso interno. Entretanto, o foco principal continua sendo o uso da informação pelos usuários, sendo assim, a seguir, será apresentado um pouco a questão do usuário de catálogos.

2.1 REPRESENTAR PARA QUEM E COMO?

O usuário é a razão de ser de uma biblioteca. Ela existe para atender suas necessidades e demandas. Para isso é condição *sine qua non* que as representações estejam adequadas ao perfil do usuário. Pois segundo as cinco leis Ranganathan (2009, xi):

Os livros são para usar
A cada livro o seu leitor
A cada leitor o seu livro
Poupe o tempo do leitor
A biblioteca é um organismo em crescimento.

Embora suas leis usem o termo ‘livro’, podemos abranger para ‘obras’, e dessa forma, incluir todos os tipos documentais que uma biblioteca possa abrigar. Pois de acordo com Tillett (2003) antes dos FRBR as palavras ‘obra’, ‘edição’ e ‘item’ tinham pouca clareza e ‘livro’ poderia significar todas elas.

A Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação foi recentemente atualizada pela Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias (IFLA) e recomenda os seguintes princípios gerais:

- Conveniência do usuário: cujas decisões relacionadas à descrição e as formas controladas dos nomes devem ter o usuário como ponto central.
- Uso comum: tanto a descrição quanto o vocabulário devem estar de acordo com os usuários.
- Representação: as descrições e formas controladas devem se fundamentar na maneira de como as entidades se descrevem.
- Exatidão: a entidade deve ser representada de forma fiel.
- Suficiência e necessidade: só devem-se incluir nas descrições os elementos essenciais para identificação da entidade pelo usuário.
- Significância: os elementos deve ser, em termos bibliográficos, significantes.
- Economia: quando houver alternativas, deve-se optar pela mais econômica.
- Consistência e normalização: tanto as descrições quanto às formas de acesso devem ser normalizadas ao máximo para possibilitar o compartilhamento de dados.
- Integração: as descrições devem se basear num conjunto comum de regras.
- Interoperabilidade: todos os esforços são feitos para garantir o compartilhamento e reuso dos dados dentro e fora da comunidade bibliotecária (IFLA, 2016)

Como pode-se observar, a conveniência do usuário é o primeiro princípio estabelecido pela IFLA, mas quem seria esse usuário? Entende-se aqui que o usuário seria todo aquele que utilizam o catálogo, incluindo o bibliotecário. O bibliotecário é usuário quando consulta o catálogo para conhecer seu próprio acervo, para intercambiar dados bibliográficos em catalogação cooperativa, para auxiliar a busca e recuperação de usuários. Com os catálogos *online* o usuário é múltiplo, o perfil é múltiplo, sendo difícil estabelecer um perfil específico de usuário de biblioteca. Por isso, o objetivo da biblioteca e a característica do acervo devem ser considerados no momento da representação bibliográfica.

Com o avanço da tecnologia e do surgimento de vários suportes, a forma de representá-los também se tornou um desafio. Hoje muito se fala em representação de documentos digitais, aqueles que surgiram exclusivamente nesse meio, mas como podemos notar na proposta desse trabalho, nem itens mais antigos, como peças de teatro, possuem um manual que seja aceito e adotado pela comunidade bibliotecária, que de alguma maneira já cobriria vários dos princípios propostos pela IFLA como: suficiência e necessidade, integração e interoperabilidade, por exemplo. A seguir, abordaremos as funções de um catálogo.

2.2 OBJETIVOS E FUNÇÕES DE UM CATÁLOGO

Ainda segundo os Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2016), os catálogos devem permitir:

- Encontrar: um determinado recurso;
- Identificar: esse recurso, seja para confirmar ou distingui-lo dos demais;
- Selecionar: o recurso mais apropriado às necessidades;
- Adquirir ou obter: acesso ao item desejado;
- Navegar: num catálogo apresentado de forma clara e que relacione as obras, manifestações, expressões, itens, pessoas, entidades, conceitos, objetos, eventos e lugares. Em outras palavras, com as dez entidades do FRBR.

De acordo com Gusmão (2009) o catálogo em linha passou a ser mais que a versão em ficha de um catálogo manual tornando-se uma forma rápida e eficiente para buscas nas mais variadas formas que um item pode ser pesquisado.

Os catálogos eletrônicos não são tão novos como se pensa. Em 1969, Frederick Kilgmore, prevendo um uso de computadores nas bibliotecas criou um catálogo cooperativo e compartilhado num consórcio de bibliotecas acadêmicas em Ohio, Estados Unidos. Já em 1972 a DIALOG disponibilizava para bibliotecas especializadas suas bases de dados. Com os Catálogos Online de Acesso Público conhecido como *Online Pulic Access Catalogs* (OPACs) os usuários passaram a fazer diretamente as buscas sem a mediação direta de um bibliotecário (LEVACOV, 1997).

Dessa forma, ao se construir uma representação descritiva o bibliotecário deve ter em mente que a forma de busca também foi alterada. O que antes era desdobrado em ficha principal (também chamada ficha matriz), ficha secundária e ficha remissiva, hoje todas elas são uma só no sistema eletrônico.

Se nos primórdios o catálogo poderia ser visto como uma listagem do que se tinha disponível no acervo, ou seja, inventário, agora ele tem como função relacionar os registros, explicitando suas particularidades para, assim, reuni-lo por semelhança e particulariza-los dos demais (MEY; SILVEIRA, 2009).

Como exemplo, podemos pensar numa obra qualquer de William Shakespeare que pode permitir vários relacionamentos, como diferentes traduções (expressão) ou edições (manifestação). Nesse caso, apenas a descrição de autor e título não seria suficiente. Tendo o bibliotecário que descrever todas as outras informações para, dessa forma, o catálogo ao apresentá-las possibilite o usuário tomar uma decisão de qual o interessa mais para, em seguida, localizá-lo.

Nesse sentido, instituições buscam padronizar suas representações, adotando um código de catalogação que norteiam e orientam a descrição bibliográfica e a padronização dos pontos de acesso. A padronização pode ser realizada em âmbito internacional, como o caso da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2016), como ter decisões locais, de acordo com a política de catalogação institucional. A seguir, serão apresentados alguns instrumentos de catalogação, que buscam padronizar as representações.

2.3 PROPOSTAS DE REPRESENTAÇÕES PARA O AACR2R E O RDA

Ao longo da história a Biblioteconomia contou com vários instrumentos de representação. Adote-se aqui, como ponto de partida, o AACR criado em 1967. Foi o primeiro código a adotar os Princípios de Paris, Declaração de Princípios aprovada na

Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em 1961. Teve várias revisões, sendo a última em 2002, com o nome de AACR2r. Seu fim deu início ao Recursos: Descrição e Acesso (RDA).

Publicado pela IFLA em 1998 os FRBR propõem um modelo conceitual do tipo entidade-relacionamento (ER). Mas o que vem a ser um modelo conceitual? Modelo é aquilo que serve como imitação e conceito no sentido filosófico significa uma imagem mental de um objeto, seja esse objeto concreto ou abstrato (DICIO, c2009). Já modelo entidade-relacionamento é utilizado para descrever objetos (entidades), suas características (atributos) e como seus relacionamentos entre si (DEVMEDIA, [201?]). Dessa forma, o FRBR não é um código, não é um metadado e não é um formato.

O FRBR se divide em três grupo: O grupo 1 pode-se considerar o núcleo do modelo, pois os demais grupos retornam a ele para (re)estabelecer relações. Possui quatro entidades: obra, expressão, manifestação e item. O grupo 2 diz respeito responsável pelas entidades do Grupo 1, ou seja, ao papel desempenhado por uma pessoa, organização ou família. O grupo 3 estão relacionados aos assuntos das obras e suas entidades são: conceitos, objetos, eventos e lugares, incluindo também as entidades dos Grupos 1 e 2.

Para a representação de objetos digitais, é mais comum ouvir o termo metadados, embora as fichas catalográficas em papel também sejam. Trata-se de dados sobre dados, ou, simplificando, aquela indicação no início do campo para informar qual tipo de dado inserir nele. Seriam os dados descritivos que indicam a representação de um documento.

De acordo com a *National Information Standards Organization* (NISO) os metadados são informações criadas, armazenadas e compartilhadas para descrever coisas e permite interagir com essas coisas para obter o conhecimento que se precis.

No âmbito da catalogação, o MARC que é também um padrão de metadados, será apresentado brevemente, pois será utilizado na seção 4, quando serão analisadas as instituições que possuem catálogo de peças teatrais.

O formato MARC, surgiu na década de 1960 nos Estados Unidos. Criado pela *Library of Congress* (LOC) e possui 5 formatos: *Bibliographic, Authority, Holdings, Classification* e *Community*. Nesse trabalho aborda-se apenas dois formatos: bibliográfico e autoridade. O Formato MARC é conhecido internacionalmente e possibilita intercâmbio de registros, com isso, evitando todo um retrabalho de descrever novamente o item de uma instituição para outra. Necessitando, muitas vezes, só alguns ajustes de acordo com a necessidade local.

Usado como meio para ler e interpretar o registro de uma máquina para outra, o MARC usa campos, etiquetas (chamadas de TAGs) e indicadores para padronizar os registros bibliográficos. Há um campo para cada tipo de informação (autor, título, edição, etc.). Cada campo está associado a um grupo de números de três algarismo, que são as TAGs e alguns campos possuem indicadores que vão de 0 (zero) a 9 (nove), cujos valores e significados estão no manual do MARC disponível pela LOC.

Os principais campos para o registro bibliográfico são:

00X Controle

01X Números e códigos

1XX Entrada principal

245 Título e indicação de responsabilidade

250 Edição

260 Publicação

300 Descrição física

490 Série

500 Notas gerais

650 Assunto

700 Adicional para nome pessoal (LIBRARY OF CONGRESS, 2017)

Considerado por Tennant (FINN, 2004) como anacrônico e deficiente, o MARC é visto por ele dessa forma por não atender as demandas de descrição de hoje. Ele sugere o fim da adaptação e que se comecem novos padrões de codificação do zero e uma infraestrutura que seja capaz, de uma só vez, lidar com vários formatos.

Em um ambiente digital o MARC, que foi concebido para transferir para os computadores os dados contidos nas fichas de papel, não conseguem mais explorar os recursos tecnológicos que a atualidade oferece e nem as necessidades advindas do RDA (SERRA, [2013]).

O RDA é a grande novidade e veio substituir o AACR2r como código de catalogação em ambientes digitais criando dados que descrevem recursos alinhados com as tarefas do usuário. Mesmo projetado para ambiente digital, ele pode descrever recursos analógicos, tradicionais e não-tradicionais, tanto dentro quanto fora da biblioteca (OLIVER, 2011).

O RDA é dividido em dez seções: as seções 1-4 cobrem os elementos que correspondem aos atributos das entidades do FRBR e FRAD; as seções 5-10 cobrem os elementos que correspondem aos relacionamentos definidos no FRBR, Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade (FRAD) e Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade Assunto (FRSAD). Por questões de proposta de estudo iremos abordar somente as correspondências com FRBR. Excluindo, portanto, FRAD e FRSAD (RDA Toolkit, instrução 0.5)

Os elementos centrais para descrever os recursos refletem os atributos e relacionamentos propostos nas entidades do FRBR (RDA Toolkit, instrução 0.6.2)

- Identificar e selecionar uma manifestação;
- Identificar obras e expressões incluídas numa manifestação;
- Identificar o(s) criador(res) de uma obra

Para registro de atributos de manifestação e item é proposto os seguintes elementos: Título principal, indicação de responsabilidade, edição, número (volume, parte), produção, publicação, série, identificador para manifestação, tipo de suporte, extensão (RDA Toolkit, instrução 0.6.5).

E para registro de uma obra e expressão são propostos tais atributos:

- ✓ título para obra
- ✓ identificador para obra
- ✓ forma da obra
- ✓ data da obra
- ✓ local de origem da obra
- ✓ outras características distintivas da obra
- ✓ identificador da expressão
- ✓ tipo de conteúdo
- ✓ língua da expressão
- ✓ data da expressão
- ✓ outras características distintivas da expressão (RDA Toolkit, instrução 0.6.6).

Na instrução 0.7 o RDA orienta sobre os pontos de acesso seguindo os tipos de relacionamentos:

- Relacionamento primário entre uma manifestação e uma obra ou uma expressão incluída na manifestação.
- Relacionamentos entre um recurso e agentes associados com aquele recurso.
- Relacionamentos entre uma obra e seu assunto.
- Relacionamento entre agentes.

Para melhor discutir os pontos de acesso, criou-se uma subseção para abordar esse tema específico.

2.4 A QUESTÃO DO PONTO DE ACESSO

Ponto de acesso é tudo aquilo em que o documento pode ser encontrado: título, autoria e assunto são os mais conhecidos e básicos. O ponto de acesso tem que ser capaz de:

- Fornecer a recuperação confiável de dados bibliográficos e de autoridade, além de recursos associados;
- Limitar dados da pesquisa
- Devem ser pesquisáveis e recuperáveis através de qualquer dispositivo no site através de nomes completos, palavras-chave, truncamento, identificadores, etc.)
- Os dados devem ser abertos e pesquisáveis mesmo por dispositivos fora da biblioteca, com a finalidade a interoperabilidade e reutilização. (IFLA, 2016)

É comum, num banco de peças, o usuário chegar sabendo o título, autor e/ou tradutor. Porém, às vezes, perguntam se há possibilidade de buscar pelo assunto. Assunto, neste caso, indicando gênero: drama ou comédia, por exemplo, ou a origem: teatro inglês, teatro francês, etc. Porém, este trabalho não irá abordar a representação temática. De acordo com Teixeira e Valentim (2017) para uma recuperação eficaz a linguagem usada é um fator-eficaz no momento da busca. Neste momento, o catálogo assume sua função de comunicador entre o acervo e o usuário. Para isso, devemos ter em mente a conveniência do usuário, como nos lembra Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação (IFLA, 2016, p.5, tradução nossa) em seu item 2.1

Conveniência do usuário. Conveniência significa que todos os esforços devem ser feitos para manter dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra “usuário” abrange qualquer um que pesquise o catálogo e use os dados

bibliográficos e / ou de autoridade. Decisões tomadas no a criação de descrições e formas controladas de nomes para acesso deve ser feita com o usuário em mente.

Nesse sentido, conhecer o perfil do usuário é uma condição muito importante para o estabelecimento de padrões de descrição. A descrição, em geral, é a representação do documento e deve ser feita com base nas fontes de informação (no código de catalogação AACR cada capítulo apresenta a fonte de informação na qual deve ser extraída a informação). Os pontos de acesso são estabelecidos de acordo com a política de catalogação, baseada nos códigos, entretanto há maior flexibilidade por parte do catalogador incluir ou não um determinado ponto de acesso.

É muito comum observar que o usuário que busca peças de teatro opte por selecionar o documento de acordo com o tradutor². Sendo assim, o estabelecimento de ponto de acesso para o tradutor, embora não seja obrigatória, para o usuário de peças teatrais é importante e deve ser considerado da representação descritiva.

Descrever um espetáculo é para Pavis (2008) algo feito para alguém que não assistiu, como numa forma de prestação de contas. É possível fazer um paralelo sobre a descrição de um espetáculo com a representação bibliográfica. Pois, assim também é na representação descritiva onde descrevemos o item numa base de dados para terceiros que não os têm em mãos o documento naquele momento. Escolhemos, dessa forma, algumas partes que julgamos importantes para os outros, de acordo com o nível de profundidade da representação.

² Observação empírica, resultado da experiência de atuação como bibliotecário do Banco de Peças Teatrais no período de junho de 2015 a junho 2018.

3 A CENA TEATRAL NAS DITADURAS BRASILEIRAS DO SÉCULO XX

Abre-se essa seção com o intuito de contextualizar as artes naqueles períodos sombrios, onde o Estado brasileiro atuou de forma policialesca na sociedade. Aborda-se em dois períodos, a saber: Governo Vargas (1930-1945) e Governos militares (1964-1985).

3.1 TEXTO TEATRAL

Para o Priberam (c2018) texto é um “conjunto de palavras de algum livro ou escrito”. Para teatro há duas definições, de lugar e de produção. Sobre o lugar “edifício onde se representam obras dramáticas”, sobre a produção “conjunto de obras dramáticas, geralmente de um autor, de um país, de uma época”. Daí usarmos os termos: Teatro Shakespeariano, Teatro Brasileiro ou Teatro Moderno.

Segundo Reis (2008) o texto teatral tem dois paradoxos. O primeiro entre o próprio texto e a encenação deste e o segundo entre sua própria constituição: a rubrica e o diálogo. Onde rubrica é a marca do próprio dramaturgo assinalando gestos, ações e emoções.

Para Pavis (1982, p. 140 *apud* FERNANDES, 2001, p. 69) “o texto teatral é tudo aquilo que se fala em cena”. De acordo com Fernandes (2001) a dramaturgia contemporânea é construída de acordo com uma estrutura padronizada em ação e diálogo ou partindo de monólogos justapostos abordando assuntos atuais de forma realista ou problemas abstratos de forma metafórica. Dessa forma, pode-se deduzir que em momentos de restrição de liberdade de expressão, a forma metafórica ganha espaço a fim de “driblar” a censura.

Rubens Rewald (2009) aponta diferenças entre os textos teatrais até os anos 60 e após aquela década. Ele aponta como principal marca daquela época a incomunicabilidade entre a criação e a encenação do texto. Onde a criação do texto era feita de forma isolada e, posteriormente, encenada geralmente sem a participação do dramaturgo. Destaca ainda do que chama de “ditadura da encenação”, nos anos 80, onde o texto e a encenação não são mais independentes, como era até os anos 60. Nos anos 90, continua ele, surge o processo colaborativo onde a criação é feita em grupo, numa sala de ensaio e com uma pessoa responsável pelo texto o que diferencia da criação coletiva que não há uma assinatura de atribuição.

O que se caracteriza esta prática [de processo colaborativo] é a presença física do dramaturgo na sala de ensaios. Ele dialoga em pé de igualdade com atores, diretor, iluminador, diretor de arte, respondendo pela palavra e pela estrutura do texto final, isto é, aquele que resulta como síntese verbal de todo o processo (LABAKI, p. 76, 2002).

De acordo com Pavis (2008) foi somente a partir do século XVII que o texto precedeu à representação onde o ator se colocava no texto de autor, pois antes o que havia era um improviso do ator a partir de roteiros conhecidos. O autor chama atenção para uma visão “textocentrista” onde o texto precede o palco simultaneamente cronológica e estatutariamente. Nesta visão, o texto é visto como um repositório do sentido onde a representação tem como objetivo extrair o suco (cênico) da cenoura (teatral).

Na visão “cenocentrista”, ainda segundo Pavis (2008), ocorre o oposto, pois não há qualquer ligação entre o texto e a cena, pois a encenação tem o poder de decisão sobre as escolhas.

Há quatro tipos de textos: posto em cena, impostado, lido e representado. O posto em cena é o da fase de preparação anterior ao ajuste da atuação. Nele determina-se o tempo, o lugar e a ação dos protagonistas; a leitura pelos atores; a interferência do cenógrafo, do figurinista, do iluminador, etc. No texto impostado, já houve toda a integração anterior, há uma versão concreta. O texto lido é aquele que não foi ativado por uma voz humana. Ele é lido de forma silenciosa e individual. O autor frisa que essa forma silenciosa ocorre somente depois da Idade Média. E o texto representado onde já há cena e signos, gestos e visuais que não são mais abstratos (PAVIS, 2008).

3.2 CENSURA *VERSUS* PROIBIÇÃO

Como parte da CMT possui marcas de censura achou-se necessário um esclarecimento entre censura e proibição. Quando se diz que algo foi censurado, logo imagina-se sua proibição, porém, há diferença entre censura e proibição.

Uma das definições de censura no dicionário Priberam (c2018) é “Exame oficial de certas obras ou escritos”. Ou seja, **censura** nada mais é do que uma **análise prévia** de conteúdo que pode, a partir dela, ser liberado totalmente, parcialmente ou proibido.

Para Otero (2003) a censura tem como objetivo acabar com o pensamento discordante, preservando, assim, um sistema político-ideológico. Para o Direito Constitucional (DIREITO VIRTUAL, c2018) censura define-se como “o poder do Estado proibir ou restringir (censura prévia ou repressiva) a livre manifestação do pensamento através da palavra falada ou escrita.”

Na CMT encontramos várias peças que foram censuradas. Não entraremos, neste trabalho, sobre os detalhes que levaram à censura da peça, mas abordaremos brevemente

sobre esta parte da história brasileira com o intuito de contextualizar o documento a ser catalogado.

3.3 GOVERNO VARGAS E O BREVE PERÍODO “DEMOCRÁTICO”

O governo Vargas divide-se em três fase: governo provisório (1930-1934), governo constitucionalista (1934-1937) e Estado Novo, período ditatorial, (1937-1945). (FGV CPDOC, c2017)

No governo provisório, Getúlio Vargas chega ao poder, mesmo depois de ter perdido as eleições em 1930, através de um movimento revolucionário que abrangia uma coalizão de forças iniciada em 3 de outubro. Nesse período o Congresso e as assembleias estaduais e municipais são dissolvidos e é revogada a Constituição de 1891. O Ministério da Educação e Saúde Pública são criados em 14 de novembro de 1930 e o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio em 26 de novembro de 1930 (FGV CPDOC, c2017; CAMARGO, 2013).

No governo constitucionalista é formulada uma nova Constituição em 1934. Nela o termo Educação aparece quinze vezes e Cultura quatro vezes. A título de curiosidade ambas as palavras não aparecem no texto constitucional de 1891, revogado por essa. O capítulo II da Constituição de 1934 é dedicado exclusivamente à educação e cultura. Consta em seu Art. 148 “Cabe à União, aos Estados e aos Municípios favorecer e animar o desenvolvimento das ciências, das artes, das letras e da cultura em geral, proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do País, bem como prestar assistência ao trabalhador intelectual.” (BRASIL, 1891; BRASIL, 1934, grifo nosso)

No período ditatorial, conhecido como Estado Novo, é regida uma nova constituição em 1937, a quarta constituição brasileira. Nela a censura aparece de forma objetiva no texto em seu art. 122, parágrafo 15, diz que “A lei pode prescrever: a) com o fim de garantir a paz, a ordem e a segurança pública, a **censura prévia** da imprensa, **do teatro**, do cinematógrafo, da radiodifusão, facultando à autoridade competente proibir a circulação, a difusão ou a representação; b) medidas para impedir as manifestações contrárias à moralidade pública e aos bons costumes, assim como as especialmente destinadas à proteção da infância e da juventude;” Além de em seu Art. 16, inciso XVIII dar competência privativa à União sobre para legislar sobre os teatro (BRASIL, 1937, grifo nosso).

No ano de 1937 é criado do Serviço Nacional de Teatro (SNT) que contém uma curiosidade, pois embora tenha nacional no nome inclui também a produção de outro país, no

caso, Portugal. Consta em seu Art. 3º, alínea g, “fazer o inventário da produção brasileira e **portuguesa** em matéria do teatro [...]” (BRASIL, 1937, grifo nosso).

Nos anos de 1930 a área do Teatro se desenvolveu bastante. Durante o Estado Novo, modelo que se inspirou nos regimes fascistas vigentes na Europa, foi criado do Curso Prático de Teatro (1939) que incorporou o Serviço Nacional do Teatro, que por sua vez, foi oriundo da Comissão Nacional de Teatro, instituída em 1936. Cursos estes herdados pela Escola de Teatro da UNIRIO (CAMARGO, 2010; SKIDMORE, 1988; UNIRIO, 2012). Por esse motivo o acervo de peças de teatro da UNIRIO é muito rico, possuindo as peças de teatro, incluindo peças manuscritas que compunham os acervos desde a Comissão nacional de Teatro.

É criado, em 1939, através do Decreto-Lei nº 1.1915 o Departamento de Imprensa e Propaganda, cuja uma de suas várias atribuições de controle aparece na alínea c “**fazer a censura do Teatro**, do Cinema, de funções recreativas e esportivas de qualquer natureza, de rádio-difusão, da literatura social e política, e da imprensa, quando a esta forem cominadas as penalidades previstas por lei;” (BRASIL, 1939, grifo nosso). Sua estrutura contava com 11 (onze) serviços auxiliares, dentre os quais discoteca e **biblioteca** sendo extinto em 1945 (ARAÚJO, c2009).

Mesmo considerado um breve período “democrático” (1945-1964) é deste período que surge outro Decreto sobre a censura às artes. As aspas se aplicam aqui, pois embora houvesse liberdade de expressão, a legislação em vigor continha exceções. Citamos, como exemplo, a lei maior da época, a Constituição de 1946, que em seu art. 141, parágrafo 5º, previa ressalvas à liberdade de manifestação do pensamento no que tangia espetáculos e diversões públicas, além de deixar a critério do Presidente da República em seu Art. 209, parágrafo único, inciso I, a possibilidade de censura à imprensa, à publicidade e ao teatro. O Decreto nº 20.943 deixava a cargo do chefe de polícia o poder de censurar e autorizar, por exemplo, as representações de peças teatrais e dedica um capítulo inteiro, capítulo VIII, aos artistas e auxiliares teatrais (BRASIL, 1946a) (BRASIL, 1946b).

Considerando esse período no qual a censura estava claramente prevista, existem peças de teatro no acervo que possuem tanto o carimbo de censura como a certidão de censura, ou ambos. Nesses casos, há uma nota no registro bibliográfico (Figura 5, apresentada a seguir na página 35).

É interessante observar que o material censurado naquele momento não implica necessariamente na sua proibição. Entretanto, para o usuário, a indicação de que o material sofreu análise prévia pode ser um elemento relevantes para a pesquisa.

3.4 GOVERNOS MILITARES

Outro processo ditatorial governou o país (1964-1985). Com a diferença do anterior que era centrado em uma única pessoa, Getúlio Vargas, esse foi regido por uma série de generais que governaram através de Atos Institucionais. Segundo o Portal da Legislação ([201-]), no período de 1964 a 1969 foram editados 17 (dezesete) atos institucionais.

Para inaugurar esse período foi redigida uma nova constituição em 1967 onde a censura aparece em várias partes que novamente dá poderes às autoridades para cercear a liberdade de expressão, em geral, e às artes, especificamente. A censura referente à diversão pública aparece três vezes no texto constitucional, a saber: Art. 8º (da competência da União), Art. 150 (dos direitos e garantias individuais) e no Art. 152 (do Estado de Sítio) (BRASIL, 1967)

A lei nº 5.536 de 1968 cria o Conselho Superior de Censura, cuja a palavra censura aparece trinta e seis vezes no texto e o termo ‘teatr’ doze vezes. Essa legislação propõe um certificado de censura com validade de 05 (cinco) anos com validade em todo o Brasil e em seu Art. 11 “As peças teatrais, após aprovadas pela censura, não poderão ter os seus textos modificados ou acrescidos, inclusive na representação.” (BRASIL, 1968).

Notamos que o cerceamento à liberdade intelectual e artística foi uma constante no cenário político brasileiro do século XX, mesmo num breve período considerados democrático, ela, a censura, estava lá presente nos textos legais. Situação essa que só mudou com a Constituição de 1988 expressa em seu Art. 5º, inciso IX “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença.” (BRASIL, 1988)

A nomenclatura adotada em sistemas representativos sobre essa época é controverso. Na Fundação Biblioteca Nacional (FBN) os termos: Estado Novo, Era Vargas, Governo Getúlio Vargas ou qualquer outro relacionado não aparecem. Já na Biblioteca do Senado é adotado o termo ‘Estado Novo (1937-1945)’ e há uma remissiva ver também para ‘Golpe de Estado (1937)’. O termo ‘Ditadura Civil (1937-1945)’ não é adotado.

Durante a elaboração deste capítulo, sentiu-se a curiosidade em saber como as instituições públicas descrevem tematicamente esses períodos da história brasileira. Escolheu-se então o Senado Federal, a Câmara Alta do Parlamento, e a Fundação Biblioteca Nacional, ligada à cultura. Os termos tópicos buscados foram ‘Estado Novo’ e ‘Ditadura Militar’.

Figura 1 - Catálogo da Biblioteca do Senado

Catálogo Coletivo - versão 23																
Login	Encerrar Sessão	Usuário	Preferências	Bases												
Busca por Lista	Busca por Palavras	Resultados	Buscas													
<p>Remissivas – Assunto – Estado Novo (1937–1945)</p> <p>Clique no campo na coluna da esquerda para acessar este cabeçalho na Lista de cabeçalhos. Clique no cabeçalho sublinhado para criar um resultado com os registros relacionados a ele. Clique no botão "Voltar" do navegador para retornar à página da Lista de cabeçalhos anterior.</p> <table border="1"> <tr> <td>Número de Sistema</td> <td>000003589</td> </tr> <tr> <td>Termo Adotado</td> <td><u>Estado Novo (1937–1945)</u></td> </tr> <tr> <td>Termo Não Adotado</td> <td><u>Ditadura Civil (1937–1945)</u></td> </tr> <tr> <td>Termo Geral</td> <td>Terceira República (1937–1945)</td> </tr> <tr> <td>Ver Também</td> <td><u>Golpe de Estado (1937)</u></td> </tr> <tr> <td>Nota de Uso</td> <td>Acrescentar sempre Brasil como especificador geográfico.</td> </tr> </table>					Número de Sistema	000003589	Termo Adotado	<u>Estado Novo (1937–1945)</u>	Termo Não Adotado	<u>Ditadura Civil (1937–1945)</u>	Termo Geral	Terceira República (1937–1945)	Ver Também	<u>Golpe de Estado (1937)</u>	Nota de Uso	Acrescentar sempre Brasil como especificador geográfico.
Número de Sistema	000003589															
Termo Adotado	<u>Estado Novo (1937–1945)</u>															
Termo Não Adotado	<u>Ditadura Civil (1937–1945)</u>															
Termo Geral	Terceira República (1937–1945)															
Ver Também	<u>Golpe de Estado (1937)</u>															
Nota de Uso	Acrescentar sempre Brasil como especificador geográfico.															

Fonte: Senado Federal (2018)

No Senado Federal, uma instituição política, o termo autorizado à Era Vargas é ‘Estado Novo’ com ‘Ditadura Civil’ e ‘Golpe de Estado’ remetendo a ele.

Figura 2 - Ficha de autoridade da Biblioteca Nacional

Ficha da autoridade - Local geográfico	
Descrição	Brasil - História - Estado Novo, 1937-1945
Remissiva Ver (US/UF)	Estado Novo, 1937-1945 - Brasil New State, 1937-1945 - Brazil Brazil - History - New State, 1937-1945
Remissiva Ver Também (TR)	TG: Brasil - História - 1930-1945 TE: Brasil - História - Golpe, 1937 TE: Brasil - História - Levante Integralista, 1938 Brasil - História - Acordos de Washington, 1942
Fonte positiva dos dados	FBN

Fonte: Biblioteca Nacional (2018).

Na Biblioteca Nacional, a instituição responsável pelo Depósito Legal, também tem como remissiva o termo ‘Golpe’ relacionada ao ‘Estado Novo’.

Figura 3 - Catálogo da Biblioteca Nacional

Descrição	Brasil - História - 1964-1985
Remissiva Ver (US/UF)	Ditadura militar, 1964-1985 - Brasil Military dictatorship, 1964-1985 - Brazil
Remissiva Ver Também (TR)	TG: Brasil - História - 1889- TG: Governo militar - Brasil TE: Brasil - História - 1964-1969 TE: Brasil - História - 1969-1979 TE: Brasil - História - 1979-1985
Fonte positiva dos dados	FBN LCSH
Outros vocabulários	
Não especificada	Brazil - History - 1964-1985

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2018)

Ao pesquisar o termo tópico ‘Ditadura Militar’, no catálogo da Biblioteca Nacional, o resultado é apontado como remissiva a esse período da história brasileira.

Figura 4 - Catálogo do Senado Federal

Descritor	● Quinta República (1964-1985)
Não Use	● Ditadura militar (1964-1985) ● Governos militares (1964-1985)
Termo geral	● República (1889-)
Termo específico	● Guerrilha do Araguaia (1972-1974) ● Junta militar (1964) ● Junta militar (1969) ● Revolução (1964)
Termo relacionado	● Revolta dos Marinheiros (1964)
Categoria	● 930-990 - História
Classif. CDD	● 981.063

Fonte: Fundação Biblioteca Nacional (2018)

Situação análoga ocorre ao pesquisar o termo ‘Ditadura Militar’, porém como remissiva ao termo autorizado ‘Quinta República’.

Consequentemente, deduz-se, que a representação descritiva também pode ser um ato político ao decidir qual termo será adotado como ponto de acesso autorizado. Nesse sentido ressalta-se o papel do bibliotecário como agente social e qualifica a catalogação como um ato além de processamento técnico da informação. Estabelecer políticas de catalogação e representar um documento exige um esforço intelectual além dos previstos dos códigos de catalogação.

3.5 COLEÇÃO MEMÓRIA DO TEATRO

A Coleção Memória do Teatro (CMT) faz parte do Banco de Peças da UNIRIO e nela encontramos desde itens autografados, com dedicatórias e censurados/proibidos.

Essa coleção é composta de 70 (setenta) registros de peças teatrais, 12 (doze) de programas de teatro e 1 (um) periódico, esta coleção, indicada no campo 695, foi criada durante o processamento técnico seguindo critérios de antiguidade do item, marcas históricas, dedicatórias e/ou autógrafos³. Este tipo de singularidade foi incluído no campo notas locais 590. Embora esta coleção abranja três tipos documentais distintos (peça, programa e periódico) iremos tratar somente das peças. De acordo com o MARC21, os campos 59X Notas Locais destinam-se ao uso local e definições locais. Os campos 69X são reservados para uso de assuntos locais (LIBRARY OF CONGRESS, 2017).

Como exemplo, o registro abaixo (na versão com máscara do sistema e na versão MARC) cuja a nota local informa possuir carimbos e certificado de censura.

Figura 5 - A fogueira feliz de Joana D’Arc, Catálogo da UNIRIO

³ Não há uma política publicitada de seleção para a coleção. Os critérios foram conversados com a equipe, da qual fiz parte, e chegamos a um consenso sobre os critérios que comporiam a representação bibliográfica da coleção.

Detalhes		MARC tags	Dublin Core
Detalhes da obra			
	Inf. publicação	Peças	
	Número de chamada		
	Classificação	812	
	Ent. princ.	Descalzo, Jose Luis Martin	
	Título	A fogueira feliz de Joana D'Arc / José Luis Martins Descalzo; Tradução e adaptação de Geir Campos.	
	Imprenta	[S.l.: s.n.].	
	Desc. física	v. 1 . 42 p.	
	Notas		
	Gerais	Atos: 2 Personagens: 2F e 12M	
	Locais	Possui carimbos e certificado de censura .	
	Ent. sec.	I. Campos, Geir, 1924-1999 (Trad.)	
	Cursos	Licenciatura em Teatro (Integral).	
Link do título	http://web02.unirio.br/sophia_web/index.php?codigo_sophia=81231		

Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018)

Figura 6 - A fogueira feliz de Joana D'Arc, MARC Catálogo da UNIRIO

Detalhes		MARC tags	Dublin Core
MARC tags			
000	00657nam	a2200241 a 4500	
001	000081231		
005	20170309204453.0		
008	160911s1973	spb r 000 0	
040	_ a Br b por.		
082	_ a B869.2.		
090	_ a 812		
100	1_ a Descalzo, Jose Luis Martin		
245	11 a A fogueira feliz de Joana D'Arc; c José Luis Martins Descalzo; Tradução e adaptação de Geir Campos		
300	_ a 42. -		
500	_ a Atos: 2 Personagens: 2F e 12M		
590	_ a Possui carimbos e certificado de censura.		
695	_ a Recon-AG.		
695	_ a CMT - Coleção Memória do Teatro		
700	_ a Campos, Geir d 1924-1999 e Tradutor		
949	_ a 24616 b URA e D p 10,00 y 20082010		
969	_ a URA-16735.		
990	_ a Peças		

Fonte: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2018)

Neste exemplo, não temos como precisar se a obra foi liberada ou não. Pois censura e proibição são coisas distintas (questão abordada na seção 3.2). Embora a censura seja à obra, sua marca é incluída no item ou fica à parte. No caso acima, a marca está no item e num certificado à parte.

No capítulo seguinte serão explorados os catálogos pesquisados das instituições selecionadas com a finalidade de embasar os campos mais usados (essenciais) e os menos usados (opcionais) na descrição de peças teatrais.

4 CATÁLOGOS PESQUISADOS

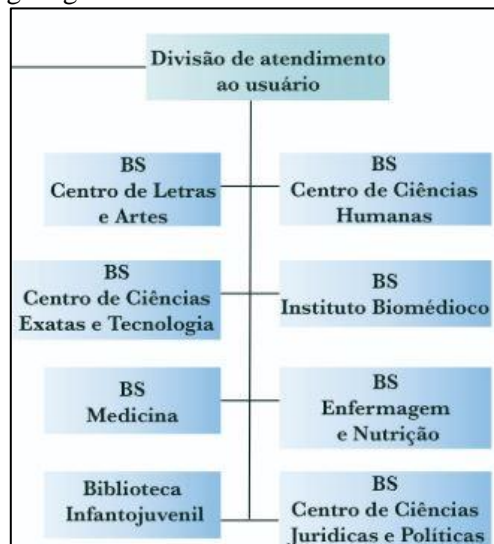
Neste capítulo apresentaremos a segunda etapa da pesquisa, explorando os catálogos através de uma busca do mesmo título nas três instituições para compor uma proposta de representação.

Começa-se com a representação de uma peça brasileira comum às três instituições pesquisadas, Dona Xepa.

4.1 UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)

O atual catálogo *online* entrou em operação em 2014 e abrange os acervos de oito bibliotecas setoriais. A saber:

Figura 7 - Organograma do Sistema de Bibliotecas da UNIRIO



Fonte - Extraído da página da biblioteca

Através dele é possível fazer buscas rápida e combinada, além de legislação (esta última não será abordada nesta pesquisa).

Na busca simples há possibilidade de pesquisar isoladamente por: título, autor, assunto, editora. ISBN/ISSN, série, desc. compl. (descrição complementar – busca por informações sobre a Designação Geral do Material), por biblioteca e por todos os campos. Na busca combinada há as mesmas opções com a vantagem de serem, como diz o nome, combinadas. Busca combinada é a junção de dois ou mais atributos de uma só vez, como por exemplo: autor e título; autor, título e editora. Além de poder buscar por tipo de material, idioma, ano de edição, por biblioteca, últimas aquisições e ordenar o resultado.

Figura 8 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da UNIRIO

Detalhes	MARC tags	Dublin Core
000	nam a22 4a 4500	
001	000080425	
005	20171006153929.0	
008	170127 por	
090	_ a 1385	
100	_ a Bloch, Pedro d 1914-2004	
245	_0 a Dona Xepa c Pedro Bloch	
260	_ b Sociedade Brasileira de Autores Teatrais c 1958	
300	_ a 75	
500	_ a Atos: 3 Personagens : 5M e 5F	
990	_ a Peças	

Fonte: CATÁLOGO DA UNIRIO, 2017

Nota-se através do campo 005 que a última atualização do registro foi em 06 de outubro de 2017 e que não há informação de que o registro foi importado de outra instituição. Portanto, trata-se de uma descrição original. Possui onze campos descritos. É o registro mais sucinto dentre os três catálogos pesquisados.

4.2 UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA (UFU)

Não há um organograma, mas a página da instituição informa que o Sistema de Bibliotecas (SISBI) possui oito bibliotecas, embora no catálogo haja opção para pesquisa em treze bibliotecas.

No que tange ao catálogo de peças há uma particularidade na instituição, pois há um catálogo e uma Biblioteca Digital de Peças Teatrais, mas que na verdade é um repositório cuja a nova interface foi lançada em 2018⁴. Conseguiu-se recuperar o formato antigo pela *Web Archive*, porém, não é possível fazer pesquisa, pois somente é recuperado o *layout*. Há também uma confusão conceitual, pois com a transformação em repositório manteve-se o nome biblioteca. Por isso, não iremos incluir este último na análise. No início desta pesquisa tinha-se o intuito de comparar os registros do catálogo da biblioteca e da biblioteca digital, porém com a nova forma de apresentação e sua transformação em repositório, embora

⁴ <https://www.bibliotecas.ufu.br/tags/pecas-teatrais>
<https://web.archive.org/web/20070216215837/http://www.bdteatro.ufu.br/>

continue com o nome de biblioteca digital, a intenção teve de ser descartada. Então, ficou-se somente com o catálogo.

Figura 9 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da UFU

000	01778ntm a2200277 a 4500
001	000130594
003	BR-UIUF
005	20131106095300.0
008	131105s1958 rjb 000 1 por d
035	_ a vtls000140924
035	_ a FU000638378
039	_9 a 201311060953 b uiara y 201311051651 z uiara
040	_ a BR-UIUF b por c BR-UIUF d BIRJFGVB
090	_ a 869.0(81)-2 b TT832 d ESP (TEA)
100	1_ a Bloch, Pedro, d 1914-
245	10 a Dona Xepa h [manuscrito] / c Pedro Bloch ; [direção de Mário Brasini ; cenários de Darcy Evangelista ; Música de Rafael Batista]
260	_ a Rio de Janeiro : b Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, c 1958.
300	_ a 23 p.
500	_ a Número de personagens: 10 (5 masculinos e 5 femininos.)
500	_ a Número de atos: 3.
500	_ a Ambiente: Sala de visitas de dona Xepa (em uma casa de vila) e um living luxuoso.
520	_ a Dona Xepa é uma senhora humilde, mas com bom coração, que sofre muito para educar seus filhos, Rosália e Édison. Vive sozinha, uma vez que seu marido, Esmeraldino, fugiu de casa. Os moradores da vila em que a família mora, estão sempre criticando seu modo de vida. Porém, Édison inventa um aparelho que passa a ser cobiçado por cientistas do mundo todo, e com isso, a família enriquece e se muda da vila. Mas Xepa descobre que o aparelho de Édison será usado em uma batalha para matar pessoas. Assim, a abnegada mãe terá que escolher entre a riqueza e a justiça, e convencer seus filhos a fazer o mesmo.
650	_4 a Teatro brasileiro y Séc. XX.
695	_9 a SANDRO POLLONI.
950	_ a 329766 b 1000329766 c 29/08/2012 d 23 e ex.1 f FAFCS h MON i N j D o 19
990	_ a Teatro

Fonte: CATÁLOGO DA UFU, 2013

Nota-se através do campo 005 que a última atualização do registro foi em 05 de outubro de 2013, ou seja, anterior ao registro da UNIRIO, que poderia ter importado a descrição e adaptado ao seu item, economizando assim tempo. No campo 040, percebe-se que a UFU fez isso ao importar o registro de outra instituição.

4.3 FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE)

Um dos objetivos da FUNARTE, uma fundação federal, é preservar a memória e a formação de público para as artes no Brasil (FUNARTE, c2010). Dessa forma, escolheu-se esta instituição, pois ela possui um banco de peças teatrais com mais de treze mil itens, segundo uma busca feita por peça teatral em seu catálogo na opção ‘material’. Mas uma busca por ‘qualquer coleção’, porém um pouco confusa no quesito conceitual, pois ao clicar há opções além de coleções, como: acervos, arquivos, bibliotecas, doações, dossiês, fundos e nomes de pessoas. Na parte de metadados, os campos de busca e representação também se igualam às instituições universitárias, ou seja, foca na realidade mais tradicional de

representação de livros. Por isso, encontramos muitas informações específicas dos respectivos materiais na área de notas.

Figura 10 - Representação feita para Dona Xepa, do catálogo da FUNARTE

```

000  n m 22  a
001 000052980
008                               por
090 _ |a LB |b 0884
100 _ |a Bloch, Pedro
245 _0 |a Dona Xepa |b comédia em 3 atos. |c Pedro Bloch
260 _ |a Belo Horizonte |b Serviço Nacional de Cultura |c 1973
300 _ |a 56 p.
490 _ |a Coleção Dramaturgia brasileira
500 _ |a Exemplar com dedicatória.
591 _ |a 09 personagens, 04 femininos, 05 masculinos, 03 atos
592 _ |a 03a - 09 pers. (05 masc., 04 fem.)
650 _ |a Peças teatrais
650 _ |a Teatro brasileiro
650 _ |a Comédias

```

Fonte: Catálogo da FUNARTE, [201-?]

O registro da FUNARTE não indica a última atualização, portanto, não se pode saber quando foi feito. Também trata-se de um registro original, ou seja, sem importação de outra instituição. Possui 13 campos descritos, excluindo-se os campos 650 que aparece repetido.

5 PRODUTO

O produto desta pesquisa tem como objetivo oferecer contribuições, através da proposta de um guia, para a organização de acervos de peças teatrais baseadas em instrumentos internacionais e, por tanto, de fácil assimilação para a comunidade bibliotecária.

5.1 PROPOSTAS DE REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA

O critério para definir o que é essencial foi o que apareceu no mínimo em duas das três instituições selecionadas. Os demais foram considerados opcionais. Com a exceção do tradutor, pois em peças traduzidas ele é considerado essencial pelos usuários.

Inicie a representação por uma leitura técnica, pois só assim é possível uma visão abrangente do item e o que possibilitará quais metadados serão preenchidos de acordo com AACR2r e em seguida os exemplos serão apresentados com o MARC 21.

O AACR2r é composto de duas partes com 26 capítulos no total. A parte I refere-se a parte da descrição e a parte II refere-se aos pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas. A regras de interesse neste trabalho contidas no capítulo 2 remitem para o capítulo 1, por isso, optou-se no enfoque deste.

Publicado em 2002, o AACR2r é fruto de uma longa caminhada começada em 1967 com a publicação do Código de Catalogação Anglo-Americano, este, então, oriundo das propostas na Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação realizada em 1961 na cidade de Paris.

Título principal [title proper]

A regra 1.1B1 informa para transcrever o título exatamente como aparece no item, com a mesma ordem de palavras e mesma grafia

245 1 0 \$aDona Xêpa

Indicação de responsabilidade [statements of responsibility]

A regra 1.1F transcrever a indicação de responsabilidade que aparece em destaque no item. Incluir nele as pessoas ou entidades responsáveis pelo conteúdo intelectual

245 1 0 \$aDona Xêpa / \$c Pedro Bloch

Lugar de publicação, distribuição, etc. [place of publication, distribution, etc]

Regra 1.4C - Transcreva o nome do lugar de publicação, etc. na forma e caso gramatical em que aparecem.

260 # # \$a Rio de Janeiro : \$b Sociedade Brasileira de Autores Teatrais, \$c 1958

Extensão do item [extent of item]

Regra 1.5B – Registre a extensão do item, fornecendo o número de unidades físicas em algarismos arábicos.

300 # # \$a 56p.

Título principal da série [title proper of series]

Regra 1.6B – Se um item pertence a uma série, transcreva o título principal da série como em 1.1B

490 0 # \$a Coleção Dramaturgia Brasileira

Área de notas [note área]

Regra 1.7A5 – As notas contêm informações descritivas úteis que não podem ser ajustadas em outras áreas.

500 # # \$a Exemplar com dedicatória

Quadro 1- Proposta MARC21/AACR2

MARC21/AACR2r			PROPOSTA
MARC21	AARC2r	ELEMENTO	
040	-	Origem do registro	Informações sobre um possível intercâmbio descritivo
090	-	Número de chamada	Indica a localização do item nas estantes
100	1.1	Autoria	Nome pessoal usado como entrada
245	1.1	Título principal e indicação de responsabilidade	Título completo, subtítulo (quando houver) e autoria em ordem direta (incluir tradutor, caso houver)
260	1.4	Publicação	Informações relativas à publicação,

			edição e ano
300	1.5	Descrição física	Inclui número de páginas e volumes
490	1.6	Série	Instruções de série
500	1.7	Notas	Informações sobre número de personagens, atos e dedicatórias
520	-	Resumo	Inclui uma sinopse
650	-	Assunto	Incluir gênero da peça
695	-	Assunto local	Informações locais, como por exemplo, sinalização de uma coleção especial

Fonte: Elaborado pelo autor

O RDA possui uma miríade de regras e propostas de campos para descrição. Foram selecionados aqueles que se achou mais adequados à descrição de peças teatrais. O ‘M’ em entidade significa manifestação e o ‘E’ significa expressão.

Quadro 2 - Proposta RDA

RDA (regra)	RDA (Elemento)	Entidade	Dado Registrado
2.3.2	Título principal	M	O nome principal de uma manifestação. Um título alternativo é tratado como parte do título principal
2.4.2	Indicação de responsabilidade relacionada ao título principal	M	Identifica a função de qualquer responsável pela criação ou contribuição para a realização do conteúdo intelectual (Autor, narrador, produtor, etc.)
2.5.2	Designação da edição	M	Identifica a editora à qual pertence o recurso
2.5.4	Responsabilidade relativa à edição	M	Identifica qualquer responsável pela edição que está sendo descrita, mas não todas as edições
2.8.2	Local de publicação	M	Local associado à publicação, liberação ou emissão de um recurso
2.8.4	Nome do editor	M	Nome do responsável pela edição
2.8.6	Data de publicação	M	Uma data associada à publicação
2.11	Data de direitos autorais	M	Uma data associada a uma reivindicação sob direitos autorais
2.15	Identificador para manifestação	M	Um conjunto de caracteres associados a uma manifestação que a diferencie de outras (ISBN, por exemplo)
3.4	Extensão	M	Relativo ao número de unidade

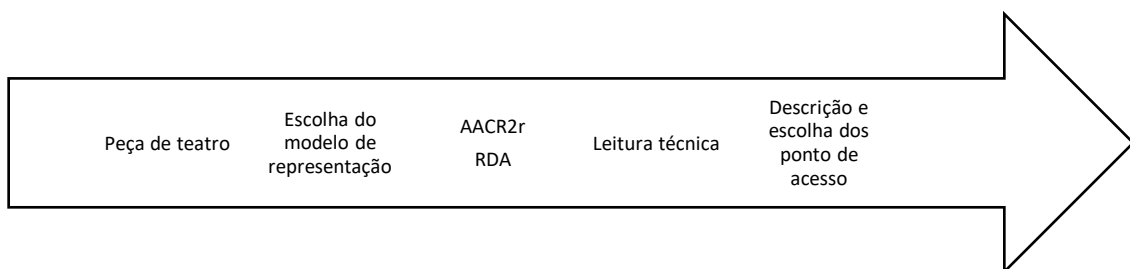
			ou subunidades (Volume, página, etc.)
3.5	Dimensões	M	Incluir altura, largura ou profundidade
6.9	Tipo de conteúdo	E	Reflete a forma na qual o conteúdo é expresso (Vídeo, texto, etc.)
6.11	Língua de expressão	E	Uma língua na qual um trabalho é expresso (Português, Inglês, etc.)
7.10	Resumo do conteúdo	E	Inclui um resumo, sinopse, sumário, etc. de um conteúdo. Pode-se incluir aqui o número de atos e personagens.
26.1	Expressão relacionada	-	Inclui uma expressão que está associada à expressão descrita
27.1	Manifestação relacionada	-	Inclui uma manifestação que está associada à manifestação descrita

Fonte: Elaborado pelo autor

Na realidade da UNIRIO, os campos em negrito são essenciais e os demais podem ser considerados opcionais. Como o público de estudantes de teatro e profissionais da área é muito homogêneo acredita-se que tais campos podem seguir os mesmos padrões nas demais instituições interessadas.

O RDA consta em sua seção 4.4 regras sobre restrição de acesso. Embora a CMT possua peças censuradas à época, a proibição diz respeito à montagem a apresentação da peça e não ao acesso para leitura do item. Dessa forma, optou-se pela não inclusão dessa regra.

Figura 9 - Fluxograma de processamento técnico da peça teatral



Fonte: Elaborado pelo autor

Este fluxograma serve para sinalizar que a leitura técnica deverá ser após a escolha do modelo de representação, pois cada modelo precisa de uma leitura adequada para a descrição do item, principalmente o RDA que faz relacionamentos entre expressão e manifestação.

5.2 ORIENTAÇÕES

Considerando o fluxograma apresentado na figura 11, apresenta-se como orientações para a representação de peças teatrais.

Elementos **essenciais** de acordo com AACR2r

- Título principal
- Indicação de responsabilidade
- Lugar de publicação
- Extensão do item
- Notas

Elementos opcionais de acordo com AACR2r

- Série
- Número padronizado (ISBN, ISSN)

Elementos **essenciais** de acordo com RDA

- Título principal
- Indicação de responsabilidade relacionada ao título principal
- Data de publicação
- Extensão
- Língua de expressão
- Resumo do conteúdo

Elementos opcionais de acordo com RDA

- Designação da edição
- Responsabilidade relativa à edição
- Local de publicação
- Nome do editor

- Data de direitos autorais
- Identificador para manifestação (ISBN, ISSN)
- Dimensões
- Tipo de conteúdo
- Expressão relacionada
- Manifestação relacionada

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta pesquisa foi realizar um estudo sobre como algumas instituições fazem a representação descritiva de peças teatrais e, assim, contribuir para o fortalecimento da área. Então, a partir disso, elaborar um guia para neófitos neste tipo de material.

Foi utilizada uma pesquisa de cunho exploratório que visou comparar nos catálogos das instituições selecionadas como as mesmas representam e qual tipo de instrumento usam. Em todas elas o MARC é a ferramenta em comum, o que facilitou a análise. Resolvemos dar um passo a frente e incluir na proposta o RDA que é o novo modelo de representação em vigor depois que a AACR2 parou de ser atualizada.

Abordamos também a questão da censura, essa chaga da sociedade brasileira presente durante muito tempo na legislação do país. Durante o processo de pesquisa ocorreu um episódio, de repercussão nacional, sobre livros com a temática de Direitos Humanos serem rasgados por um usuário na Biblioteca da Universidade de Brasília (UNB) o que provocou uma nota do atual Ministro dos Direitos Humanos, Gustavo Rocha “Rasgar obras literárias que veiculam narrativas sobre as conquistas em Direitos Humanos é, em última análise, impedir a formação de uma visão crítica e democrática do mundo que nos cerca.” (BRASIL, 2018). Que o ocorrido sirva de alerta para qualquer movimento que nos leve de volta à questão do cerceamento da liberdade de expressão.

Sabemos que tecnologia é complicado, pois com o tempo fica obsoleta e outras, mais modernas, surgem. Porém, em Biblioteconomia, as mudanças não são tão velozes assim, ainda mais na realidade brasileira onde muitas bibliotecas ainda operam na base da ficha catalográfica. O RDA lançado em 2010, portanto, há quase uma década, ainda é um ilustre desconhecido nas bibliotecas brasileiras.

Por enquanto, esse guia pretende servir tanto para as bibliotecas de ontem e hoje (AACR2r e MARC) como as de amanhã (RDA).

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Rejane. Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). FGV/CPDOC, c2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/departamento-de-imprensa-e-propaganda-dip>>. Acesso em 10 set. 2018.
- BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1891. Rio de Janeiro: [s.n.], 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 4 out. 2018.
- _____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1934. Rio de Janeiro: [s.n.], 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao34.htm>. Acesso em: 4 out. 2018.
- _____. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**, 1937. Rio de Janeiro: [s.n.], 1937. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao37.htm>. Acesso em: 8 out. 2018.
- _____. **Constituição de 1946**. 1946a. Rio de Janeiro: [s.n.], 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 8 out. 2018.
- _____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 25 de out. 2018.
- _____. Decreto-Lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937. **Cria o Serviço Nacional de Teatro**. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-92-21-dezembro-1937-350840-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 out. 2018.
- _____. Decreto-Lei nº 1.915, de 27 de dezembro de 1939. **Cria o Departamento de Imprensa e Propaganda e dá outras providências**. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1915-27-dezembro-1939-411881-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 10 set. 2018.
- _____. Decreto nº 20.493, de 24 de janeiro de 1946b. **Aprova o Regulamento do Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública**. Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1940-1949/decreto-20493-24-janeiro-1946-329043-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 11 set. 2018.

_____. Lei Nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. **Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências.** Diário Oficial da União. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5536-21-novembro-1968-357799-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em 08 out. 2018.

_____. Ministério dos Direitos Humanos. **Nota pública:** destruição de publicações... Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/todas-as-noticias/2018/outubro/nota-publica-destruicao-de-publicacoes-sobre-direitos-humanos-na-biblioteca-da-universidade-de-brasil>>. Acesso em: 24 out. 2018.

_____. **Portal da legislação.** [201-]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>>. Acesso em 08 out. 2018.

_____. Portaria Normativa Nº 17, de 28 de dezembro de 2009. **Dispõe sobre mestrado profissional no âmbito da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.** Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/PortariaNormativa_17MP.pdf> Acesso em: 06 nov. 2018.

CAMARGO, A. R. **A política dos palcos:** teatro no primeiro governo Vargas (1930-1945). [S.l.]: Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013., 2013.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Estado e teatro:** as experiências da comissão e do serviço nacional de teatro (1936-1945). Disponível em: <<https://www.anpuhsp.org.br/sp/downloads/CD%20XX%20Encontro/PDF/Autores%20e%20Artigos/Ang%20E9lica%20Ricci%20Camargo.pdf>>. Acesso em: 09 set. 2018.

CUTTER, Charles A. Rules for a printed dictionary catalogue. 1876. Disponível em: <<https://archive.org/details/cu31>>. Acesso em: 23 out. 2018.

DENTON, William. FRBR and the History of Cataloging. In: G. TAYLOR, **Arlene. Understanding FRBR: What It Is and How It Will Affect Our Retrieval.** [S.l.: s.n.], 2007. p. 35-57. Disponível em: <<https://yorkspace.library.yorku.ca/xmlui/handle/10315/1250>>. Acesso em: 26 maio 2017.

DICIO. **Modelo.** c2009. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/modelo/>>. Acesso em: 27 ago. 2017

DIREITO VIRTUAL. **Censura.** c2018. Disponível em: <<http://www.direitovirtual.com.br/content/censura/131624>>. Acesso em: 24 set. 2018

DEVMEDIA. **Modelo entidade-relacionamento...**[201?]. Disponível em: <<http://www.devmedia.com.br/modelo-entidade-relacionamento-mer-e-diagrama-entidade-relacionamento-der/14332>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

FERNANDES, S. Apontamentos sobre o texto teatral contemporâneo. **Sala Preta**, v. 1, p. 69-80, 26 set. 2001. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57007>>. Acesso em: 25 set. 2018.

- FGV CPDOC. **A Era Vargas**: dos anos 20 a 1945. c2017. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/apresentacao>>. Acesso em: 04 out. 2018.
- FINN, Mary. **The future of MARC**: R.I.P or let her rip?. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10919/51647>>. Acesso em: 25 out. 2018
- GUSMÃO, A. O. M. et al. Avaliação do catálogo em linha da biblioteca do CESUR. **Revista ACB**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 279-292, mar. 2009. ISSN 1414-0594. Disponível em: <<https://revista.acb.org.br/racb/article/view/654>>. Acesso em: 27 ago. 2017.
- IFLA. **Declaração de Princípios...** 2016. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf>. Acesso em: 26 set. 2018.
- LABAKI, Aimar. Dramaturgia paulista hoje. Folhetim: teatro do pequeno gesto, n. 15, p. 75-87, out-dez 2002. Disponível em: <<http://www.pequenogesto.com.br/portfolio/detail/folhetim-15/>>. Acesso em: 25 set. 2018.
- LEVACOV, Marília. Bibliotecas virtuais: (r)evolução?. **Ci. Inf.**, Brasília, v. 26, n. 2, p. , May 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19651997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 19 maio 2018.
- LIBRARY OF CONGRESS. **Marc Standards**. 2017. Disponível em: <<https://www.loc.gov/marc/>> Acesso em: 17 ago. 2017.
- MACEDO, Neusa Dias de; DIAS, Maria Matilde Kronka. Subsídios para a caracterização da biblioteca universitária. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 25, n.3/4, p. 40-47, jul./dez. 1992. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/395/369>>. Acesso em: 02 set. 2017.
- MACIEL, Alba Costa; MENDONÇA, Marília Alvarenga Rocha. **Bibliotecas como organizações**. Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2006.
- MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catálogo no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2009.
- NATIONAL INFORMATION STANDARDS ORGANIZATION. **Understanding Metadada...** 2017. Disponível em: <http://www.niso.org/apps/group_public/download.php/17446/Understanding%20Metadata.pdf>. Acesso em: 17 set. 2017.
- OKADA, Susana Yuri; ORTEGA, Cristina Dotta. Análise da recuperação da informação em catálogo on-line de biblioteca universitária.. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 18-35, jul. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1854>>. Acesso em: 06 out. 2017.
- OLIVER, Chris. **Introdução à RDA**: um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2011.

ORIGEM DA PALAVRA. **Catálogo**. c2004. Disponível em: <<http://origempalavra.com.br/site/palavras/catalogo/>>. Acesso em: 27 ago. 2017.

OTERO, Maria Mercedes Dias Ferreira. **Censura de livros durante a ditadura militar 1964-1978**. 2003. 309 f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2003. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7262>>. Acesso em: 24 set. 2018.

PAVIS, Patrice. **A análise dos espetáculos: teatro, mímica, dança, dança-teatro, cinema**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2008.

PRIBERAM. **Censura**. c2018. Disponível em: <<https://www.priberam.pt/dlpo/censura>>. Acesso em: 06 set. 2018.

PRIBERAM. **Guia**. c2018. Disponível em: <<https://dicionario.priberam.org/guia>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia**. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

RDA **ToolKit**. [2017]. Disponível em: <<http://access.rdatoolkit.org/>>. Acesso em: 06 out. 2017.

REIS, Maria da Glória Magalhães dos. **O texto teatral e os jogos dramáticos no ensino de francês língua estrangeira**. 2008. 259f. Tese (Doutorado em Letras). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8146/tde-02122008-171004/pt-br.php>>. Acesso em 13 de set. 2011.

REWALD, R. Dramaturgia: o texto e tudo mais ao redor. **Sala Preta**, v. 9, p. 281-291, 28 nov. 2009. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/salapreta/article/view/57412>>. Acesso em: 25 set. 2018.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. **Catálogo: trajetória para um código internacional**. Niterói (RJ): Intertexto, 2009.

SERRA, Liliana Giusti. O formato MARC e o RDA: tempos de mudança? [2013]. Disponível em: <<http://www.abinia.org/catalogadores/13-183-1-PB.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2018.

SEVERINO, Antônio Joaquim,. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVEIRA, Naira Christofolletti. Um diálogo sobre os instrumentos de Representação Descritiva. **I EnReDo - Encontro de Representação Documental**, Universidade Federal de São Carlos, 2017. Disponível em: <<http://www.telescopium.ufscar.br/index.php/enredo/enredo/paper/view/108>>. Acesso em: 06 out. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getulio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)**. 9. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

TEIXEIRA, T. M. C.; VALENTIM, M. L. G. P. Processo de busca e recuperação de informação em ambientes organizacionais: uma reflexão teórica sobre a subjetividade da informação. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 22, n. 4, 2017. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/v/a/28195>>. Acesso em: 26 set. 2018

TILLET, Barbara. **O que é FRBR?** Um modelo conceitual para o universo bibliográfico. 2003. Disponível em: <<https://www.loc.gov/catdir/cpsd/o-que-e-frbr.pdf>> Acesso em: 16 set. 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Manual para entrada de dados...** 2011. Disponível em: <https://www.bu.ufmg.br/boletim/Manual_Obras%20Raras_Completo_Versao%20Publicada.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2018

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Projeto político pedagógico do curso de bacharelado em atuação cênica**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cla/escoladeteatro/atuacao/projeto-pedagogico>>. Acesso em: 09 set. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. **Glossário da área de informação e tratamento da informação**. [201-]. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/fabico/documentos-graduacao-e-comgrads/glossario-de-ciencia-da-informacao>>. Acesso em 24 set. 2018.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. **Manuais de catalogação**. 2018. Disponível em: <<http://www3.eca.usp.br/biblioteca/manuais>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

APÊNDICE – FOLDER

Este guia é resultado da dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional em Biblioteconomia (MPB), do Programa de Pós-Graduação em Biblioteconomia (PPGB), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Título
**Representação descritiva de peças teatrais :
uma proposta de guia**

Autor: Rodrigo Floro
Orientadora: Prof^a Dr^a. Naira Christofolletti Silveira

Proposta para Representação Descritiva de Peças Teatrais

Rio de Janeiro, 2018

Neste guia você encontrará informações sobre elementos essenciais e opcionais em AACR2r e RDA para Representação Descritiva de peças teatrais.

Elementos essenciais de acordo com AACR2r

- Título principal
- Indicação de responsabilidade
- Lugar de publicação
- Extensão do item
- Notas

Elementos opcionais de acordo com AACR2r

- Série
- Número padronizado (ISBN, ISSN)

Elementos essenciais de acordo com RDA

- Título principal
- Indicação de responsabilidade relacionada ao título principal
- Data de publicação
- Extensão
- Língua de expressão
- Resumo do conteúdo

Elementos opcionais de acordo com RDA

- Designação da edição
- Responsabilidade relativa à edição
- Local de publicação
- Nome do editor
- Data de direitos autorais
- Identificador para manifestação (ISBN, ISSN)
- Dimensões
- Tipo de conteúdo
- Expressão relacionada
- Manifestação relacionada